PuniCracia

Crônica

Atrasei o IPVA em onze dias. Fiz a conta no calendário, com o dedo, como quem confere o troco. O Estado, que nunca erra em conta que lhe favorece, fez a dele em três segundos: multa, juros, correção monetária e uma notificação "gentil" avisando que meu nome seguiria para a dívida ativa. A gentileza vinha em letras maiúsculas, o que no idioma do governo significa "carinho".

Não reclamo da eficiência. Quando o assunto é cobrar, o Estado brasileiro é o Vale do Silício. O boleto chega por e-mail, por SMS, por aplicativo, por carta e, se eu demorar, por oficial de justiça. A multa de trânsito chega em quatro dias, a carteira nova, em noventa. A cobrança tem rastreamento por satélite. A restituição, por pombo-correio, e o pombo está de licença.

O repertório de punições, aliás, é de dar inveja a qualquer inquisidor. Se o licenciamento atrasa, o carro vai para o guincho, e o guincho leva para o pátio, onde a diária corre mais rápido que o próprio carro. Se passo a 52 numa via de 40, o radar me flagra com a precisão de um relojoeiro suíço. Se passo a 45, ele me flagra do mesmo jeito, no cruzamento seguinte, porque a placa de 40 estava atrás de uma árvore que ninguém poda. Se acumulo pontos, perco a carteira. Se atraso o Imposto de Renda, pago multa. Se esqueço de votar, pago multa. Se esqueço de justificar que esqueci de votar, pago a multa da multa. Se o IPTU vence, o cartório me protesta. Se o protesto não resolve, o juiz bloqueia minha conta com um clique, e o dinheiro do aluguel vai parar no cofre público antes de eu terminar o café. Se me ocorre reclamar, existe a taxa para recorrer. O Estado é o único credor que cobra pelo direito de eu discordar dele.

O brasileiro é o único devedor do mundo que recebe a ameaça antes do boleto.

E para onde vai tanto zelo arrecadatório? Para o cofre de uma outra sociedade, que vive no mesmo país mas não mora no mesmo Brasil. Lá existe auxílio-moradia para quem tem casa própria na mesma cidade, auxílio-alimentação que paga mais que o salário de muita gente, auxílio-livro para quem ganha o bastante para comprar a biblioteca inteira, auxílio-paletó, porque lá até a vergonha tem verba. Quando falta nome para um benefício, inventa-se outro. O penduricalho tem mais camadas que cebola, e quanto mais se descasca, mais o contribuinte chora.

Lá o salário nunca é só o salário. É o salário, mais a verba indenizatória, mais o adicional, mais o "adicional do adicional", que de tão adicional já virou o principal. As férias têm sessenta dias, o recesso tem nome solene, o carro vem com motorista, o gabinete vem com verba, a passagem vem de graça e a aposentadoria vem com o último contracheque, atualizado, integral e vitalício, para que a viúva não passe necessidade e a pátria não passe vergonha. Lá ninguém atrasa conta, porque a conta nunca chega. Se chega, quem paga é a outra sociedade, a nossa, a que sustenta o banquete e ainda recebe a multa pela mesa suja.

E de onde sai tanto banquete? De nós, por um sistema tributário que nenhum matemático explica e nenhum cidadão sobrevive. Começa no contracheque, que chega mutilado: o Estado se serve antes de você. Com o que sobrou, você vai à padaria. A conta vem com imposto. E o dinheiro que paga essa conta é o que sobrou do salário que já foi tributado, de modo que você paga imposto com o dinheiro que já pagou imposto, para comprar um pão cujo preço já nasceu carregando imposto dentro, e o imposto de dentro ainda paga imposto por dentro, num cálculo que só o iniciado entende e só o Estado lucra. O padeiro paga imposto para produzir, para vender, para ter funcionário, para ter balcão e para ter a luz que acende a vitrine, e repassa tudo ao freguês, que já pagou na fonte. É a cadeia alimentar do tributo: o imposto come o salário, o imposto come o pão, e o que sobra do pão come outro imposto.

Não há nada na vida do brasileiro sem imposto. Nasce-se com taxa de cartório, estuda-se com mensalidade tributada, trabalha-se com desconto, compra-se com tributo embutido, mora-se com IPTU, anda-se com IPVA, abastece-se com imposto no litro, liga-se o celular com imposto na conta, acende-se a luz com imposto na tarifa, toma-se banho com imposto na água, herda-se com imposto e morre-se com imposto, porque até a cova tem tributo e o luto vem com nota fiscal. Nem a dor escapa: o remédio que a alivia leva imposto, e o caixão que a encerra, também. Dezenas de tributos empilhados uns sobre os outros, com siglas que parecem exame de laboratório, cada uma batizada por um legislador diferente que nunca falou com o anterior.

Só escaparam, por enquanto, o ar que respiramos, a chuva que nos molha e o sol das manhãs. Por enquanto. É questão de tempo e de criatividade. No ritmo em que o Estado inventa tributos, um dia chega a taxa de inalação, o adicional de umidade e a contribuição solar, cobrados no boleto do mês em nome da "sustentabilidade", com parcelamento em doze vezes e protesto em cartório para quem respirar em atraso.

Nossa sociedade, a que paga a conta, vive de outras coisas. Vive de promoção de supermercado, de vaquinha para cirurgia, de rifa de bolo, de oração pela fila do posto. Pensando nisso saí do banco, quite, regular, em dia com todos os deveres de um cidadão. O carro, igualmente regular, caiu num buraco.

Um buraco antigo, com histórico, quase morador do bairro. Na vizinhança o chamam de Seu Cratera, porque já passou da idade de se aposentar e continua firme no cargo. Passaram três prefeitos, e o buraco ficou. Com o imposto que acabei de pagar, o Estado deveria tapá-lo. Em tese. A tese é bonita, ensinam na escola, aquela que está sem professor.

Mas buraco é o menor dos calotes. O Estado também me deve a vaga no posto de saúde, onde o médico "vem na quinta" desde 2019 e a quinta nunca chegou. Me deve o remédio da farmácia popular, sempre em falta, exceto na propaganda. Me deve a segurança da esquina, onde o poste está apagado desde o último eclipse. Me deve a calçada, o ônibus, a creche, a escola, o laudo, a resposta do processo que dorme numa gaveta com o sono dos justos. Me deve o troco, em forma de serviço, de tudo que arrecadou de mim antes mesmo de eu receber o salário. É um pai severo e ausente ao mesmo tempo: bate com força e não sustenta ninguém.

Pensei em multar o Estado. O procedimento existe e se chama "protocolar requerimento". O site pediu cadastro, o cadastro pediu certificado digital, o certificado pediu comparecimento presencial, e o comparecimento pediu agendamento, com vaga para março. De 2027. Liguei para a ouvidoria. A atendente, muito simpática, prometeu retorno em até trinta dias úteis. Entendi o espírito da coisa. Quando eu atraso, são onze dias de crime. Quando ele atrasa, é "prazo razoável". O tempo no Brasil tem duas velocidades: a do cidadão, que é a da luz, e a do Estado, que é a da geologia.

Quis ao menos negativá-lo. Imaginei o nome da Secretaria de Obras no SPC, a Prefeitura barrada na loja de eletrodomésticos, o governador sem conseguir parcelar uma geladeira em doze vezes. Mas o Estado não tem esse problema. Seu CNPJ só aparece nos sistemas quando é para cobrar a gente. Nunca vi um órgão público guinchado, uma secretaria com a carteira suspensa, um ministério com a conta bloqueada por dever ao fornecedor chamado povo. Ninguém jamais foi à ouvidoria dele e saiu com a pena de multa. A única coisa que o Estado deixa em atraso sem consequências é ele mesmo.

Sobrou o voto, que dizem ser a nossa defesa, o recurso supremo. Que defesa! Votar é reclamar do garçom com o próprio garçom, e o garçom ainda sai da conversa

com ideias novas. A cada eleição, o cardápio de punições só cresce. Os quatro anos seguintes são dedicados a inventar novas maneiras de nos cobrar: uma taxa aqui, um radar ali, um imposto sobre o imposto, uma multa com nome em inglês. A urna não pune ninguém. Ela apenas renova o contrato de quem pune. E ainda nos multa se faltarmos à cerimônia.

E não pensem que a punição se limita ao bolso. O Estado que cobra com a rapidez de um raio também prende, e prende como quem cobra juros: sem pressa nenhuma de soltar. Há gente em prisão preventiva que de preventiva só tem o nome, porque a única coisa que ela previne é a liberdade. Discordou do que o Estado acha correto? Está errado. E quem decide o que é correto? O próprio Estado, dono do metro, da balança e do termômetro, que se proclama portador do indicador da verdade absoluta e o regula conforme o clima do dia. A lei, nesse regime, virou massa de modelar, interpretada de acordo com a conveniência e a freguesia. Para o amigo, a letra miúda. Para o desafeto, a letra inteira, com nota de rodapé e tudo. A balança da Justiça virou balança de feira: pesa conforme o dedo do vendedor.

E o mais indecente de tudo é o que passamos a achar normal. Basta olhar a lista, que cresce a cada ano e que ninguém mais lê com espanto:

- Achamos normal pagar imposto sobre imposto, e que o pão, o remédio e a conta de luz venham com metade do preço em tributo, escondida na nota como pegadinha de mau gosto.
- Achamos normal pagar pedágio em estrada esburacada, e o pedágio ainda subir com a inflação, enquanto o buraco sobe com a erosão.
- Achamos normal pagar imposto para a saúde pública e plano de saúde para a saúde de verdade, escola pública e escola particular, polícia estatal e segurança privada. Pagamos duas vezes pelo que o Estado jura fazer de graça.
- Achamos normal viver atrás de grade, cerca elétrica, câmera e portaria blindada, presos na própria casa para que o bandido circule solto na rua.
- Achamos normal ser assaltado no mesmo sinal onde, minutos antes, o radar nos multou por 3 km/h acima da velocidade.
- Achamos normal que a consulta com o especialista seja marcada para daqui a oito meses, e que o paciente tenha de ter a delicadeza de não piorar até lá.
- Achamos normal a UTI "sem vaga", a ambulância sem maca e o corredor de hospital como enfermaria oficial.

- Achamos normal provar todo ano que estamos vivos, com documento, foto e fila, para o benefício de quem passou a vida contribuindo.
- Achamos normal autenticar cópia em cartório, reconhecer firma, apresentar certidão da certidão, só para provar que a cópia é cópia e que nós somos nós.
- Achamos normal pagar taxa para pagar a taxa: taxa de inscrição, taxa de emissão, taxa de boleto, taxa de protocolo, taxa de quem protocola a taxa.
- Achamos normal a conta de luz com bandeira vermelha, taxa de iluminação pública e a rua às escuras.
- Achamos normal passar cinco horas na fila do INSS e sair com "retorno em quarenta e cinco dias".
- Achamos normal fazer o trabalho do fiscal, preenchendo a declaração do imposto, calculando a multa, gerando o boleto e ainda agradecendo a facilidade.
- Achamos normal que o servidor "só atenda com agendamento" e que o agendamento "esteja fora do ar".
- Achamos normal a obra inaugurada três vezes e nunca concluída, o prédio "em fase final" há onze anos e o cronograma com mais prorrogações que o mandato de um ditador.
- Achamos normal o aumento salarial votado por quem vai receber o aumento, no mesmo dia, sem debate, em menos tempo do que levamos para achar uma vaga no estacionamento.
- Achamos normal que crime prescreva, processo prescreva, prazo prescreva, e que só a dívida do cidadão seja eterna.
- Achamos normal que o político condenado em primeira, segunda e terceira instância ainda recorra em liberdade, enquanto o cidadão que deve a conta de luz perde o relógio em três dias.
- Achamos normal chamar corrupção de "problema cultural", como quem culpa o clima pelo que foi feito com a caneta.
- Achamos normal, enfim, sermos tratados como súditos e reagirmos como clientes, reclamando pelo aplicativo, avaliando o serviço com uma estrela e voltando no dia seguinte para pagar de novo.

Nada disso é normal. Normal é o nome que damos ao que aprendemos a aceitar, e aceitamos de graça, que é o único serviço que o Estado nos presta sem atraso.

E há a violência, que deixou de ser notícia para virar clima. Saímos de casa com o celular escondido, o trajeto decorado e a oração no bolso. Aprendemos que existem horários para viver: até as seis para voltar, depois das dez só de carro, e de carro só com o vidro fechado. A segurança pública, a primeira promessa do contrato social, aquela pela qual abrimos mão de nos defender sozinhos e entregamos ao governo o monopólio da força, virou artigo de luxo. Quem pode paga segurança privada. Quem não pode paga com a vida. O Estado manda o policial mal pago, mal armado e mal treinado para uma guerra que o próprio governo não tem coragem de chamar pelo nome, e depois nos cobra, em imposto, a viatura que nunca chegou ao local do crime.

A educação piora com a regularidade de um relógio suíço. O professor ganha mal, o telhado da escola cai, o aluno passa de ano sem saber ler, e o Estado comemora o índice de aprovação como quem comemora o gol contra. Compreendo a estratégia. Um povo que não interpreta texto não percebe que a lei foi reescrita contra ele. Formar cidadãos dá trabalho. Formar eleitores agradecidos é barato.

A saúde é uma procissão. Fila para a consulta, fila para o exame, fila para o resultado do exame, fila para a cirurgia, fila para a fila. O Estado trata a espera como fenômeno da natureza, uma espécie de chuva, e não como a falha de gestão que é. Há quem morra aguardando a cirurgia que o próprio sistema marcou para daqui a um ano, e morre sem atraso, pontualíssimo, ao contrário da cirurgia.

E a infraestrutura, essa miragem. Estradas esburacadas, esgoto a céu aberto, ponte que cai, enchente anunciada todo verão como se fosse novidade, a "chuva atípica" que acontece, de forma atípica, todo ano no mesmo lugar. O Estado nunca é pego de surpresa pelo planejamento, só pela chuva. O saneamento básico é tão básico que nem o básico chega.

E como se tudo isso fosse pouco, ainda nos dizem que a lei é igual para todos. Está lá, em letras solenes: todos são iguais perante a lei. O que não está escrito, mas todo mundo lê nas entrelinhas, é uma palavrinha discreta como um garçom de gravata: exceto. Todos são iguais, exceto os que têm foro privilegiado. Exceto os que têm advogado caro e recursos infinitos. Exceto os que têm sobrenome, padrinho, partido ou amigo no tribunal. Exceto os que, quando condenados, recebem como castigo a aposentadoria compulsória, único castigo do mundo que continua pagando salário. Exceto os que votam o próprio benefício e o batizam de direito adquirido.

O "exceto" é o maior legislador do país. Não precisa de comissão, de votação, de sanção ou de publicação no Diário Oficial. Aplica-se sozinho, todos os dias, em silêncio, a favor de quem manda. E assim a lei, que deveria ser a régua, virou elástico:

estica para quem está embaixo e encolhe para quem está em cima. Igualdade perante a lei, no Brasil, é questão de endereço.

E há a Justiça, essa senhora de olhos vendados que, de tanto usar a venda, perdeu a noção do relógio. Entra-se num processo como quem entra num túnel, sem enxergar a saída e sem a certeza de que ela exista. Há processo que nasce com o pai e é sentenciado ao neto. O autor, o réu, a testemunha e às vezes o próprio advogado morrem de causas naturais antes da decisão, e o processo continua vivo, impassível, como parente chato em ceia de Natal.

Rui Barbosa já avisava que justiça tardia é injustiça qualificada e manifesta. Hoje a demora é tão longa que a Justiça deixou de ser remédio e virou doença. A espera, por si só, já é a pena. O cidadão que procura seus direitos é condenado antes de ser julgado: paga custas, advogado, perícia, deslocamento, noites sem dormir, o salário do tempo perdido e a saúde que se vai entre uma audiência adiada e outra. Não é processo, é tortura em prestações, com juros de mora sobre o sofrimento. O mesmo Estado que atrasa a conta onze dias e vira devedor leva anos para dizer se a conta é devida.

E quando a decisão finalmente chega, nem sempre chega com lógica. Há sentenças que desafiam a lei, a física e o bom senso, escritas num juridiquês tão rebuscado que o condenado precisa de tradutor para saber do que foi condenado. Fundamento que não fundamenta, citação que não cita, razão que a razão desconhece. O mesmo fato, em salas vizinhas, rende absolvição numa e condenação na outra, e a gente descobre que "segurança jurídica" é um conceito que só existe no nome da disciplina. O resultado de um processo depende do juiz sorteado como o de uma rifa, só que na rifa ao menos o prêmio sai no mesmo ano.

Resta o conceito mais estranho que a humanidade já inventou: pagamos a Justiça para nos punir. Pagamos o salário, a verba indenizatória, o auxílio, o adicional, o gabinete, a assessoria, a aposentadoria integral e a toga, para que decidam quanto devemos pagar. Em muitos casos o contracheque fura o teto constitucional pela porta dos fundos, com nome de "indenização", como se o Estado indenizasse o juiz por ter de nos julgar. São sessenta dias de férias por ano, mais o recesso, mais os feriados forenses, para quem decide, com toda a calma do mundo, o caso de quem não pode esperar: o preso sem julgamento, o idoso sem aposentadoria, o pai sem pensão, o doente sem remédio. Descansa o julgador. Espera o julgado.

É como pagar o garçom, a cozinha, o aluguel e a gorjeta, e receber o prato frio, errado e depois de morrer de fome. E ainda cobram o couvert.

Quando a justiça, por fim, aparece, aparece tarde. Tarde para a empresa que já faliu, para a família que já se desfez, para o inocente que já cumpriu a pena, para o idoso que já morreu, para o direito que já prescreveu em cima da gaveta. A sentença chega como flor em enterro: bonita, solene e inútil. Justiça que chega depois da dor é só protocolo.

Diante disso tudo, fiz o que me restava: escrevi uma letra de música para homenagear o absurdo que virou normal. Homenagem no sentido em que se homenageia um defunto, com respeito, flores e a certeza de que não volta. Só que este não morreu. Foi promovido. E o refrão, que já nasceu sabendo o final, diz assim:

E o absurdo virou lei, virou moda, virou normal
Um carimbo oficial num delírio fugaz
Bate o martelo no tribunal da insanidade
Transitou em julgado em um só juiz, promotor e delegado
Bem-vindos à nossa nova normalidade

Letra de música, ao menos, ainda não paga multa nem exige certidão negativa. É o único lugar onde ainda se pode dizer a verdade sem agendamento prévio.

Só que a música teve menos de cem visualizações. Cem. Menos gente do que numa fila de agência do INSS numa terça-feira de manhã. O povo que sobrevive a cinco horas de espera por um carimbo não encontrou três minutos para ouvir o próprio retrato. Está provado: o Estado pune, o povo se cala, e quem protesta em verso fala sozinho.

E nós? Nós, calados. Um silêncio ensurdecedor, uma apatia inabalável e sem precedentes na história da humanidade. Nenhum povo foi tão punido e reclamou tão pouco. Estamos adormecidos, picados pelo mosquito da indulgência, aquele que não deixa dor nem coceira, só sono. Engolimos cada multa, relevamos cada abuso, e a cada prisão arbitrária repetimos o mantra do covarde: "não é comigo". Até ser. Merecemos tudo isso que está acontecendo. E, na velocidade em que dormimos, merecemos ainda muito mais do que está por vir.

Foi então que entendi que o nome estava errado. Isto não é uma democracia. Democracia é o governo do povo, e aqui o povo é apenas o réu. Deveríamos chamar de PuniCracia, o regime de duas sociedades: uma que esbanja e pune, outra que paga a conta e é punida. Tem lei para o cidadão e imunidade para o poder. Tem prazo para o contribuinte e "prazo razoável" para o governo. Tem guincho para o carro atrasado e nenhum guincho para a obra abandonada. Tem salário para quem decide e multa para

quem obedece. Tem prisão sem prazo para quem discorda e liberdade vitalícia para quem manda. Tem Constituição cheia de direitos, que o cidadão lê com a esperança de quem lê o cardápio de um restaurante fechado.

Voltei para casa contornando o Seu Cratera. O buraco, pelo menos, me respeita. Nunca me cobrou juros e é mais pontual que o Estado: está sempre exatamente onde disse que estaria. E nesses meus 74 anos como testemunha ocular, aprendi, infelizmente, que esse país não tem jeito! O Estado sempre vai te punir e jamais será punido.